

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.332 - RS (2019/0282861-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CLAUDIOMAR TEIXEIRA CORREA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, I, II e IV do Código Penal (furto qualificado), à pena de 03 (três) anos de reclusão, em regime inicial fechado e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, que restou parcialmente provido para reduzir a pena para 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 20 (vinte) dias-multa.

O acórdão restou assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO, ESCALADA E CONCURSO DE AGENTES. ARTIGO 155, §4º, I, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. FALECIMENTO DE UM DOS RÉUS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO DESFAVORÁVEIS. INCREMENTO DA PENA BASILAR MANTIDO. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. QUANTUM DE AUMENTO. REDUÇÃO. REGIME INICIAL SEMIABERTO. EXECUÇÃO IMEDIATA. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Não é inepta a denúncia que descreve satisfatoriamente os fatos delituosos e permite a individualização da conduta atribuída ao réu e a incidência típica.

2. Inexiste nulidade na decisão que recebeu a denúncia, pois expressamente consignou estarem presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e não ser caso de rejeição da denúncia nos termos do artigo 395 da mesma Lei.

3. Superveniência do falecimento do recorrido, conduzindo à extinção da punibilidade no que se refere ao denunciado Patrick

Superior Tribunal de Justiça

Esteves Herreira, a teor do artigo 107, I, do Código Penal, restando prejudicado o exame do recurso em relação a tal réu.

4. Comprovadas a materialidade e autoria delitivas, bem assim o dolo do acusado, sendo os fatos típicos, antijurídicos e culpáveis, e inexistindo causas excludentes, mantém-se a condenação de CLAUDIOMAR pela prática do crime do artigo 155, §4º, I, II e IV, do Código Penal.

5. Na primeira etapa do cálculo dosimétrico, cabe ao magistrado, dentro da sua discricionariedade, estabelecer o quantum de aumento que julgar adequado ao caso concreto, observados os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade.

6. Não havendo no Código Penal previsão quanto ao patamar de aumento ou diminuição da pena pela incidência de atenuantes ou agravantes, aquelas devem ser aplicadas, em regra, na fração de 1/6 (um sexto), exceto quanto alguma circunstância especial determine valoração diferenciada, a qual deverá, em casos tais, ser expressamente fundamentada.

7. Regime inicial de cumprimento semiaberto, nos termos do artigo 33, §2º, "b", e §3º, do Código Penal, bem como do enunciado sumular 269 do Superior Tribunal de Justiça.

5. O enunciado sumular 122 deste Regional, aderindo à orientação do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292, Plenário, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe 17-5-2016), entendimento confirmado no julgamento das medidas cautelares nas ADC 43 e 44 (05-10-2016), bem como reafirmado em sede de repercussão geral (ARE 964246 RG, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe 25-11-2016), autoriza que a decisão de segundo grau irradiar, integralmente, seus efeitos, é dizer, em toda a extensão do que tiver sido provido pelo julgamento, uma vez (a) decorrido o prazo para interposição de Embargos Infringentes e de Nulidade ou para oposição de Embargos de Declaração, nos casos em que esses forem cabíveis, ou (b) se tiverem sido apresentados tais recursos, (b.1) não forem admitidos pelo Relator, (b.2) assim que forem julgados.

6. Apelo criminal parcialmente provido.

Na petição de recurso especial, a defesa aponta violação ao disposto no art. 59 do Código Penal. Sustenta, em síntese, o afastamento da vetorial negativa da "circunstâncias do crime" e, subsidiariamente, a redução da pena-base, pois desproporcional o aumento em seis meses (1/4 da pena mínima), em razão de apenas uma circunstância judicial desfavorável.

Contrarrazões às fls. 396/403.

Admitido o recurso (fl. 406), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo desprovimento do recurso (fls.

Superior Tribunal de Justiça

422/427).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem manteve a exasperação da pena-base em 06 (seis) meses, diante da presença de uma circunstância judicial desfavorável (circunstâncias do crime), utilizando a seguinte fundamentação (fl. 356):

*Na primeira fase da dosimetria, correta a avaliação desfavorável das circunstâncias do crime, **porquanto a subtração da res ocorreu mediante escalada e em concurso de agentes, qualificadoras previstas no artigo 155, §4º, II e IV, do Código Penal.***

No tocante ao quantum de aumento nesta fase do cálculo, cabe ao magistrado, dentro da sua discricionariedade, estabelecer o valor que julgar adequado ao caso concreto, observados os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade.

In casu, considerando os fundamentos utilizados na valoração negativa da vetorial referida alhures, tenho por acertado o recrudesimento da reprimenda corporal em 6 (seis) meses, de modo que o mantenho, restando a pena-base fixada em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, em se tratando de furto, "havendo mais de uma qualificadora do delito, é possível que uma delas seja utilizada como tal e as demais sejam consideradas como circunstâncias desfavoráveis, seja para agravar a pena na segunda etapa da dosimetria, seja para elevar a pena-base na primeira fase do cálculo" (REsp 1.707.281/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 19/09/2018) (AgRg no HC 496.260/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019).

Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DUAS QUALIFICADORAS. UMA VALORADA PARA QUALIFICAR O DELITO E OUTRA COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. POSSIBILIDADE. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. ELEVADO PREJUÍZO PATRIMONIAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MANUTENÇÃO DA PENA SUPERIOR A 4 ANOS. PREJUDICADOS OS PLEITOS DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR

Superior Tribunal de Justiça

RESTRITIVA DE DIREITOS E ABRANDAMENTO DO REGIME. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É firme o entendimento desta Corte Superior de Justiça no sentido de que é possível a utilização de uma qualificadora para exasperar a pena-base no crime de furto quando presentes duas ou mais qualificadoras.

(...)

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 416.091/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019 - Grifo Nosso).

Assim, a fundamentação adotada pelas instâncias ordinárias, para exasperação da pena-base, se mostra idônea.

Nesse contexto, esta Corte Superior entende que, havendo fundamentação idônea, é possível, inclusive, que o julgador fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado somente uma circunstância judicial, pois o art. 59 do CP não atribuiu pesos absolutos para cada uma das vetoriais.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTOS CONCRETOS. QUANTUM PROPORCIONAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DA EDIÇÃO DO ENUNCIADO N. 443 DA SUMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO E ALTERAÇÃO DA PENA. REGIME PRISIONAL FECHADO MANTIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

IV - Quanto ao critério numérico de aumento para cada circunstância judicial negativa, insta consignar que "A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito. Assim, é possível que "o magistrado fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto." (AgRg no REsp 143071/AM, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 6/5/2015).

(...)

Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 107.602/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019 - Grifo Nosso).

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

